

“Socorro, forças armadas!”: uma análise discursiva sobre os atos golpistas pós-eleições 2022

“Help, armed forces!”: a discursive analysis of the coup acts after the 2022 elections

Liliane Souza dos Anjos¹

Universidade Estadual Paulista – Unesp/ Bauru

Resumo

Por setenta dias, apoiadores de Bolsonaro sediaram os arredores de prédios militares. Tais mobilizações geraram diferentes textualizações que circularam na imprensa nacional, servindo-nos de apoio para as análises empreendidas neste artigo. A partir da Análise de Discurso materialista, este estudo tem como objetivo compreender os gestos dos eleitores bolsonaristas em suas relações simbólicas dadas em diferentes cadeias de sentidos: língua, corpo e espaço. As análises demonstram que é no deslize entre exigência (resposta a um compromisso pré-construído) e súplica (vínculo [im]possível com alteridade hierarquicamente superior) que os manifestantes pró-golpe, expostos aos efeitos da não homogeneidade das discursividades, tentam suprir sua necessidade por sentidos, ainda que para isso tenham que se sujeitar às regras do censor.

Palavras-chave: Análise de discurso. Bolsonarismo. Promessa. Gesto discursivo.

Abstract

For seventy days, supporters of Bolsonaro occupied the surroundings of military buildings. Such mobilizations resulted in different textualizations circulating in the national press, which supported the analyses undertaken in this article. Based on the Materialist Discourse Analysis, this paper aims to comprehend the gestures of Bolsonaro’s voters in their symbolic relations given in different chains of meaning: language, body, and space. The analyses show that it is in the slippage between demand (response to a pre-construct commitment) and supplication ([im]possible bond with hierarchically superior alterity) that the pro-coup protestors, exposed to the non-homogeneity effects of discourses, try to supply their necessities for meaning, even though they would have to subordinate themselves to the censor’s rules.

Keywords: Discourse analysis. Bolsonarism. Promise. Discursive gesture.

Introdução

Os arredores dos quartéis das Forças Armadas não eram mais os mesmos após as eleições presidenciais de 2022. Uma forte mobilização nas redes sociais canalizou a paixão

¹ Docente do Departamento de Ciências Humanas na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru. Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordena o grupo de pesquisa DISME - Dispositivo Discursivo Materialista em Estudo (CNPq/Unesp). <https://orcid.org/0000-0001-9763-9166>

de uma parcela do eleitorado para a frente de quartéis-generais por todo o Brasil. E lá, milhares de pessoas estiveram ao longo de setenta dias.

Após a vitória do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, inconformados com o resultado das urnas, uniram-se para reivindicar a anulação das eleições, a dissolução do Superior Tribunal Federal e a implantação de um golpe militar. Muitas dessas pessoas dispuseram-se a levantar cartazes, proferir palavras de ordem, entoar cânticos e preces, elementos que faziam ressoar um coro antidemocrático unido em torno da exigência da tomada do poder.

Hoje, meses depois dessas manifestações, sabe-se que a empreitada bolsonarista culminou na invasão ao Palácio do Planalto em janeiro de 2023, promovendo um efeito de fecho para os desdobramentos eleitorais sumariamente descritos. São eles que tecem as condições de produção de nossas análises, gestos de interpretação concernidos em escutar outros gestos: a reivindicação dos bolsonaristas acampados nos QGs.

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de orientação materialista, este artigo tem como objetivo analisar alguns dizeres relacionados às referidas manifestações, procurando compreender discursivamente o que o senso comum tratou como um delírio coletivo de uma parcela do eleitorado brasileiro. Este estudo encara as manifestações dos apoiadores de Bolsonaro como performances não encerradas em si mesmas, mas, ao contrário, como parte de um mecanismo discursivo que joga com diferentes cadeias significantes. Em outras palavras, pretendemos investigar os modos discursivos nos quais as condições de felicidade dos performativos em jogo se desarticulam e, com isso, observar os processos discursivos relacionados aos gestos de tais eleitores.

Como ponto de partida, tomaremos dizeres expostos em produtos midiáticos a respeito desses dias de acampamento e de paralisações nacionais. Encaramos tais dizeres como objetos simbólicos que nos permitem observar o entrecruzar de diferentes discursividades em sua não homogeneidade. Afetados pelos equívocos dados nas inscrições da história na linguagem, os sujeitos, em sua posição discursiva, (des)reconhecem-se em seus atos simbólicos, a partir de uma relação constitutiva com tais condições de produção, em gestos ligados à construção de uma promessa discursiva realizada antes e em outro lugar (Anjos, 2021).

Gestos de exação

Daremos início à nossa reflexão percorrendo uma leitura discursiva a respeito de gestos lidos como exigência ou reivindicação. Para isso, recordamos nossa pesquisa de doutorado (Anjos, 2021), quando refletimos sobre o mecanismo discursivo da promessa de paz proferida pelo Estado na conjuntura da pacificação das favelas.

Naquele momento, uma de nossas propostas consistia em analisar o relatório da Anistia Internacional do Brasil (AIB), *A violência não faz parte desse jogo*, observando como a temática da pacificação se anunciava ali. O relatório organizava seu material em torno de uma

série de promessas realizadas durante a preparação do país para sediar megaeventos esportivos.

A pesquisa, então, deparou-se com enunciados que, nos limites deste trabalho, serão trazidos à tona como forma de explicitar um funcionamento específico: os gestos ligados à exigência do cumprimento de uma promessa. A primeira sequência discursiva (doravante SD) é um recorte da fala oficial do governo a respeito de suas ações a favor da segurança pública; a segunda SD traz a réplica da Anistia Internacional (2016, p. 9) sobre tal questão:

(SD 1) A experiência brasileira em garantir a segurança de grandes eventos realizados na cidade... assegurará a entrega de uma operação de segurança bem-sucedida e hospitaleira. A população em geral já está recebendo os benefícios do projeto Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro, implantado com base em um planejamento responsável e cuidadoso (AIB, 2016, p. 9).

(SD 2) No entanto, vários casos emblemáticos documentados pela Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos, juntamente com estatísticas oficiais disponíveis sobre abusos cometidos por agentes responsáveis por fazer cumprir a lei, sinalizam um quadro diferente (AIB, 2016, p. 9).

A escolha em recorrer ao pronunciamento oficial do Estado (SD 1), – “A experiência brasileira em garantir a segurança de grandes eventos realizados na cidade... assegurará a entrega de uma operação de segurança bem-sucedida e hospitaleira” (AIB, 2016, p. 9) – inscreve a necessidade de que tais palavras não caiam no esquecimento. Uma recordação realizada pela AIB que, frente às condições de produção e circulação do relatório, reitera a posição discursiva de oposição veemente em relação aos órgãos oficiais, marcando uma atribuição de um dever: cobrar o compromisso assumido anteriormente. Para assinalar o que foi prometido, a SD 2 aponta para um quadro que contradiz o comprometimento proferido na SD 1 e, assim, o relatório lança luz sobre uma falha na performance do comprometimento estatal com a segurança do país.

Mais adiante o relatório prossegue:

(SD 3) As forças armadas deveriam se retirar logo após o fim do evento esportivo, mas continuaram a exercer funções de policiamento na favela até junho de 2015, quase um ano depois do final da Copa do Mundo (AIB, 2016, p. 11).

(SD 4) As autoridades brasileiras, bem como os organismos de regulação esportiva nacionais e internacionais, devem tomar todas as medidas adequadas para garantir que não ocorram violações de direitos humanos em consequência da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (AIB, 2016, p. 5).

A construção deôntica representada pelo verbo *dever* em diferentes tempos verbais apresenta-se como regularidade nos recortes em questão. O dever de agir é reiterado no intradiscorso pelo jogo entre um presente, passado e futuro, produzindo um efeito de responsabilização no presente, avaliação do passado e expectativas quanto ao futuro.

A AIB ocupa um lugar institucional que busca falar pela população marginalizada e, nesse momento, ao investir-se de uma posição discursiva de porta-voz, passa a exigir a realização dos compromissos instados no passado e apontados pela SD 1, de modo que trabalha uma legitimidade formulada por determinações morais e jurídicas.

A investigação discursiva em torno do relatório, retomada brevemente aqui, orientou nosso olhar para um modo particular de reivindicação da promessa de paz. Não se trata de isolar as formulações deônticas, mas de compreendê-las a partir de um funcionamento atravessado por uma discursividade moral e orientada por um alhures que aqui funciona eficazmente, a promessa de pacificação.

Apesar de não estar mais em jogo, a voz do prometedor, o Estado, ecoa como um pré-construído, ao ser reforçada pela exigência da AIB, ainda que sua posição discursiva estivesse formulada a partir de um efeito de oposição. Nos termos das SDs, a AIB, como testemunha da promessa, cai na ciranda da performance promissiva do Estado ao recuperar favoravelmente o compromisso pela paz no próprio gesto de cobrança.

A questão é que o compromisso ensejado na promessa permite a produção de um efeito de responsabilização dos sujeitos, a ponto de serem fortemente absorvidos pelas injunções da performance promissiva. Em outras palavras, há a inscrição da relação devedor-creditor, ou seja, de dívida-exigência dada entre posições discursivas afetadas pela performance da promessa. Tal relação entre os lugares discursivos em questão evoca o atravessamento de um funcionamento jurídico, não a partir de seu aparelho formal, mas de um funcionamento social do que se pode compreender como jurídico. A esse funcionamento, Lagazzi (1988) denomina juridismo.

Como “modos de inscrição do sujeito-de-direito na linguagem” (Lagazzi, 1988, p. 89), o juridismo, em seu funcionamento social, implica a relação indissociável do político com o jurídico. Ao recuperar tal noção, Adorno (2019, p. 123) oferece a seguinte compreensão do conceito:

[...] é, justamente, um modo discursivo de materializar as relações sociais marcadas pela tensão, pela hierarquia, pela responsabilidade, por essas situações cotidianas de confronto em que o próprio conflito não está explicitado, mas joga pelo embate das relações entre cobranças, justificativas, formas de (não) responder, brincadeiras e ironias (Adorno, 2019, p. 123).

Nos limites da análise anterior, o juridismo se materializa na dívida, na obrigação, no efeito de comprometimento instado no social. A esse respeito, temos considerado o gesto de exação como um ato no nível do simbólico que acende a disputa em torno do que se pode

determinar como compromisso assumido por outrem em outro lugar. Um posicionamento simbólico altamente memorial de caráter reivindicatório que aponta para uma dominância de sentidos, no caso em específico, a dominância de sentidos relacionados à necessidade social de paz, uma paz sobredeterminada por injunções jurídicas.

Ao atar o sujeito aos “grilhões”² do compromisso assumido, o apelo imaginário da promessa se impõe oferecendo aos sujeitos expectativas projetadas em/para diferentes posições discursivas: quem profere a promessa, para quem a promessa é destinada e, inclusive, quem testemunha a promessa (Anjos, 2021, p. 158). Quando falamos em gestos de exação, então, retomamos esse desdobramento do mecanismo discursivo que marca os sujeitos a partir das referências enunciativas em jogo. Não se trata – é sempre válido destacar – de um atributo imanente, mas de um funcionamento político, justamente pela possibilidade de inscrição histórica da promessa.

Se, por um lado, na relação de cobrança e de dever a se cumprir, há rastros do funcionamento jurídico no social, na forma de um juridismo posto em escuta nas formulações da AIB, por outro, podemos nos perguntar, nos limites do presente trabalho, sobre as determinações que tensionam os gestos relacionados às exigências da extrema direita nas condições de produção do período pós-eleitoral.

Em outras palavras, quando falamos em gestos de exigência golpista, podemos nos questionar pelos atravessamentos discursivos que não somente são corroborados pela eficácia imaginária do performativo promissivo da extrema direita, mas também deixam escapar sentidos dissidentes, expostos em equívocos dados a ver no funcionamento simbólico de diferentes cadeias significantes.

Outros gestos

Em dezembro de 2022, imagens dos acampamentos bolsonaristas foram capturadas, e nelas circulavam dizeres que servem de base para nossas análises. São cartazes e transcrições de proferimentos de manifestantes pró-golpe contidos em materiais da grande mídia, como em vídeos do G1, artigos da UOL, Carta Capital, BBC News e no Podcast “Brasil Partido”, também da BBC.

Vejam alguns recortes indicados a seguir:

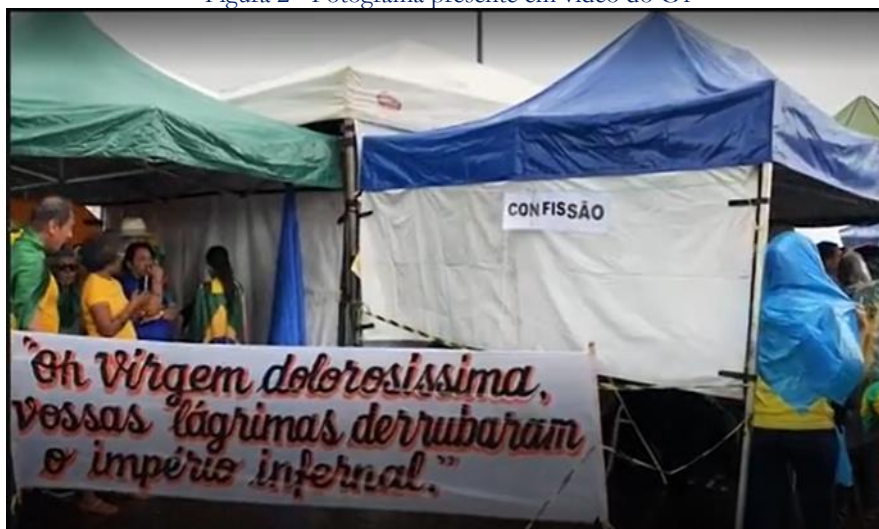
Figura 1: Fotograma presente no vídeo G1

² Resgatando as palavras de Eurípides em “Hipólito” – “minha língua jurou; meu coração, não” –, Austin (1990, p. 27) reflete sobre a necessidade de levar a sério o dizer ligado a performativos mais solenes como a promessa. Para ele, prometer constrange o falante, registrando o seu vínculo a “grilhões espirituais” (idem, p. 27), um ato interior que abriria as portas para uma compreensão ética do performativo. Se, no domínio pragmático, encontramos em Austin os primeiros indícios do funcionamento moral do ato de fala “prometer”, a partir de uma visada discursiva, a dimensão moral ensejada na promessa não se vale de um atributo imanente, mas de uma possibilidade na língua a partir de determinações sócio-históricas.



Fonte: <https://g1.globo.com/politica/playlist/do-discurso-violento-ao-terrorismo-imagens-mostram-acampamento-de-bolsonaristas-golpistas-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Figura 2 - Fotograma presente em vídeo do G1



Fonte: <https://g1.globo.com/politica/playlist/do-discurso-violento-ao-terrorismo-imagens-mostram-acampamento-de-bolsonaristas-golpistas-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Figura 3: Imagem retirada de reportagem da Carta Capital



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/grupo-de-bolsonaristas-planeja-invadir-a-esplanada-dos-ministerios-neste-domingo/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Figura 4: Bolsonaroistas realizam atos antidemocráticos em frente ao Comando Militar do Sudeste do Exército, no Ibirapuera, em São Paulo



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/12/18/bolsonaristas-acampados-na-frente-dos-quarteis-nao-gostam-de-trabalhar.htm>. Acesso em: 15 jul. 2023.

“Forças Armadas, entrem em ação, façam valer a constituição.” (Brasil Partido, 26 dez. 2022)

Com regularidade, os materiais convocam. Ora como pedido de socorro, ora como exigência explícita, os dizeres dos manifestantes interpelam, propondo um diálogo direto com entidades institucionais ou religiosas (*Generais, Exército Brasileiro, Forças Armadas, Virgem dolorosíssima*), pleito reforçado por verbos no imperativo (*entrem, salvem, acione*) e pelo uso de interjeição. Enquanto direcionam suas súplicas/exigências, as formulações encaminham-se para uma indeterminação da posição do enunciador, figura textualmente imprecisa que contribui ainda mais para a saturação injuntiva de tais dizeres.

Entre as sequências discursivas reunidas, os chamamentos (*Exército Brasileiro, Generais, Forças Armadas, presidente Bolsonaro, Virgem dolorosíssima*) textualizam uma projeção de uma entidade suprema articulada em um arranjo sintático semelhante entre si. Enquanto os pleitos destinados às Forças Armadas são operados pela construção verbal imperativa, a demanda para a alta patente dessas instituições e a súplica para o sagrado se dão na forma interjetiva. Embora semelhantes na construção sintática, os significantes associados aos vocativos apontam para diferentes direções interdiscursivas.

(SD5) Forças Armadas, entrem em ação, façam valer a constituição.

(SD6) Generais, confiamos nos senhores. Novas eleições já! Voto auditável.

(SD7) Forças armadas, salvem o Brasil.

(SD8) Oh, Virgem dolorosíssima, vossas lágrimas derrubaram o império infernal.

Como uma tarefa memorial, o papel de recordar uma promessa dada no discurso por antecipação mostra-se relevante nas SDs 5 e 8. Tal apelo memorial se ancora na formulação “façam valer a constituição” ou em “vossas lágrimas derrubaram o império infernal”, presentificando no texto, respectivamente, um compromisso anterior pelo cumprimento legal ou uma aliança pelo banimento do mal.

A SD 8, embora aparentemente de outra ordem, une-se em paráfrase às SDs 5, 6 e 7, ao trazer para o intradiscurso sentidos vinculados às injunções religiosas. Isso porque os verbos *confiar* e *salvar* permitem a identificação de um atravessamento religioso, aproximando-se do que se explicita na SD 8. Um funcionamento que, por ora, provoca questões sobre o que, nessas condições de produção, torna possível a articulação de dizeres que interpelam, ao mesmo tempo, figuras religiosas e militares, como uma resposta a um compromisso pré-construído. Uma pergunta que se desdobra: que articulações imaginárias são essas que permitem simular uma comunicação direta com interlocutores altamente institucionalizados?

O altar e a lei

Campo por excelência do embate, as relações entre os sujeitos expõem, no discurso, formas variadas de conflitos. Milner (2012) destaca a existência de uma hiância instada na

não conjugação intersubjetiva. O termo “hiância” ilustra o aspecto intervalar dessa não relação dada na língua, uma impossibilidade de conjugação dos sujeitos de linguagem, causada por desequilíbrios intervalares que expõem aquilo que não existe e o que estaria prestes a existir. Pêcheux (1990, p. 8) evoca uma outra possibilidade intervalar, aquela dada no âmbito das revoluções históricas inscritas estruturalmente na língua, formas de relacionar o confronto entre o real e o imaginário. Afrontamentos nos quais incidem o alhures, o invisível, o que ainda está por existir.

É nesses termos que pensamos a *discursividade*. Consideramos os confrontos, os intervalos, os equívocos das inscrições da ordem histórica na linguagem uma tarefa que envolve compreender que “na textualização do discurso, há uma distância não preenchida, há uma incompletude que marca uma abertura do texto em relação à discursividade” (Orlandi, 2012, p. 64). Expostos aos efeitos possíveis pelas/nas/entre as discursividades, os sujeitos enunciam a partir de um lugar discursivo, uma posição dentre outras cujas determinações contribuem para promover identificações, projeções, reconhecimento. As textualizações em análise nos ajudam a observar tais processos.

Voltamos, desse modo, aos vocativos presentes nos cartazes. Eles simulam um ponto de chegada para o dito, assentando-se sobre a ilusão de uma efetividade comunicativa. Ao levarmos em conta os vocativos em sua relação imaginária com o enunciador, indicamos as projeções imaginárias da posição “manifestante pró-golpe” e o desnivelamento aí ensejado. Trata-se de uma disparidade fundamental que dispõe as posições discursivas em lugares hierarquicamente diferentes, a partir do anúncio a entidades militares e religiosas.

Do ponto de vista do domínio religioso, Orlandi (1987) nos ajuda a compreender como funcionam as relações discursivas de hierarquia. Afetados por uma dissimetria que separa ordens de mundos diferentes, o “plano espiritual” do “plano temporal”, os interlocutores encontram na hierarquia mediada pela fé a única relação possível. Para serem ouvidos por Deus, os homens precisam se submeter às regras: “eles devem ser bons, puros, devem ter mérito, ter fé etc. É preciso, pois, que eles assumam a relação da dualidade, a relação com o Sujeito diante do qual a alma religiosa se define” (Orlandi, 1987, p. 247).

A fé, no entanto, não é capaz de desfazer a assimetria na relação entre os estatutos enunciativos em funcionamento. Esse atributo, ao contrário, sustenta um princípio de exclusão, separando os que têm fé dos que não têm, como um dos elementos necessários para a efetivação/felicidade de um ritual religioso. Nesse sentido, a fé se insere em um mecanismo discursivo que permite a performance da palavra como poder; a súplica à *Virgem dolorosíssima*, bem como o apelo à *confiança* e à *salvação*, reitera a hierarquia no estatuto das posições discursivas, reconhecendo, na relação do “manifestante” com o sagrado, que o poder para realizar a mudança política desejada estaria concentrado não só nas forças armadas, mas também na entidade religiosa.

Quando diante de figuras militares, o pleito também marca uma dissimetria. Dessa vez, no mesmo plano temporal (homem-homem), os dizeres manifestam o desejo por mudança, não pela fé à divindade, mas pela fé na força a ser exercida pelo braço armado do

Estado. Dado a ver nas SDs, o desejo do homem pelo poder escapa³. Um desejo que toma forma de um poder-realizar, poder-modificar o resultado das urnas, seja por práticas religiosas presentes nos acampamentos – orações, hinos, a presença de padre e de um confessor –, seja no gesto recordatório de uma vulgata a respeito da Carta Magna.

Como objeto de desejo, o poder se impõe. Assumindo a forma de um representante institucional, a Lei e a crença tomam espaço nos materiais que projetam modos de capturar o sujeito desejante pelo dogma. Nesse ponto, trazemos para nossa argumentação o historiador do direito e psicanalista Pierre Legendre (1983)⁴, como uma contribuição psicanalítica para observar o modo como as instituições, e sua normatividade, oferecem recursos para capturar o sujeito desejante.

Movido por uma carência irremediável, o sujeito busca suprir a necessidade por sentidos e, para isso, se sujeita às regras do censor. Assim como o trabalho eclesástico, cuja função institucional é o de mitigar a angústia da ausência não suportada pelo sujeito, o trabalho dos juristas é exatamente “a arte de inventar as palavras tranquilizadoras, de indicar o objeto de amor onde a política coloca o prestígio e de manipular as ameaças primordiais” (Legendre, 1983, p. 24). O sistema jurídico oferece como grande obra, segundo Legendre, o adestramento do amor ao Poder, a ordenação do desejo constitutivo do homem dada sua capacidade de maquiagem, com eloquência e arranjos simbólicos, as derrotas do desejo. A relação do sujeito desejante com a Lei é colocada por Legendre (1983, p. 34) nos seguintes termos:

Sob as proposições algumas vezes delirantes de sua simbólica e pelos procedimentos classificatórios da justaposição repressiva, a Lei estipula, para sujeitos indistintos, um universo idealizado da falta (*manque* n. do t.) e destina ao pobre-pecador-doente de sua falta (*falte*, n. do t.) (mais tarde cidadão intercambiável da sociedade dita liberal) o benefício de uma pena, de uma perseguição legítima (fundada como tal pelo discurso) de que se espera a reconciliação, acréscimo do ilusório (Legendre, 1983, p. 34).

Na tentativa de preencher os espaços deixados pela falta presente no sujeito “pobre-pecador-doente”, faz-se necessário o apego ao simbólico, na espera de uma reconciliação imaginária. Do ponto de vista discursivo, o trabalho de Legendre faz-nos vislumbrar o modo como as instituições, especificamente religiosas e jurídicas, são lastreadas por uma tônica explicativa, colocando seus sistemas simbólicos à disposição de um ideal de felicidade, ao tomar o sujeito por seu desejo.

Essa discussão toca em aspectos caros à AD materialista. Não só no que diz respeito ao descentramento do sujeito atravessado pelo inconsciente – sua cisão fundamental – como também sua relação constitutiva com a ideologia, responsável pela produção de sentidos na história.

³ Conforme verificamos em Orlandi (1987, p. 253), *a vontade do poder* constitui-se como “essa vontade que aponta para a ultrapassagem das determinações (basicamente de tempo e espaço): ir além do visível, do determinado, [...] do limite.”

⁴ Segundo Alain Pottage (1992), a obra “O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática”, de Pierre Legendre, representa uma empreitada teórica que aproxima a psicanálise às questões relativas à subjetividade, à política e ao Direito.

Ao reconhecerem-se no simbólico, os sujeitos desconhecem o mecanismo ideológico que trabalha para apagar as condições materiais que os ligam aos sentidos, esquecendo-se dos atravessamentos discursivos operados naquelas produções simbólicas efusivas. Os sujeitos que assumem a posição de sitiantes dos QGs não só desconhecem o que os motiva a tais mobilizações apaixonadas, como também desconhecem as relações de força materializadas no social, capazes de hierarquizar sua interlocução em uma imprecisão referencial sintomática.

Além da prece

Dogma e desejo. Sujeito e falta. Tais questões evocam a leitura de Lagazzi (2014, p. 106) sobre a obra de Lacan, Ducrot e Todorov. A autora propõe a imbricação da condensação e falta, no entrecruzar da metáfora e metonímia, como processos constitutivos do funcionamento da linguagem. É no cruzamento dos processos de deriva e falta, condensação e deslocamento, que sujeito e sentidos se constituem e se deslocam, em um processo de produção simbólica não resumido à materialidade da língua, mas a toda cadeia significativa.

A metáfora e a metonímia, localizadas por Lacan na cadeia significativa em relação com a condensação e com o deslocamento respectivamente, marcam para o sujeito, no primeiro caso, “o sentido recalcado do seu objeto” e, no segundo caso, “o desejo de outra coisa que falta sempre” (Ducrot; Todorov, 1982, p. 416). Recalque e falta que me levam à alteridade e à deriva e me permitem dizer que é no cruzamento desses dois processos que o funcionamento da linguagem abre brechas para a irrupção do que pode vir a ser de outro modo, para que a produção do conhecimento se realize em novos processos de identificação para o sujeito. A brecha na identificação pensada como um trabalho simbólico do sentido sobre o sentido no espaço da cadeia significativa. A semântica tomada em seu caráter materialista (Lagazzi, 2018, p. 170).

A análise dos gestos bolsonaristas nos acampamentos dos QGs faz-nos considerar as palavras de Lagazzi no que diz respeito à relação dos sujeitos com a falta, a partir das condições de produção e circulação dos discursos analisados e, nesse ponto, precisamos tecer algumas considerações sobre o modo como os sujeitos produzem sentidos levando em conta a *abertura do simbólico* (Orlandi, 2012).

Se, quando formulamos a noção de gesto de exação, o ato simbólico recobra a promessa do Estado fazendo operar o par dívida-cobrança a partir da materialidade linguística, temos, nos limites deste trabalho, outras formulações em jogo. Nos termos da manifestação dos apoiadores de Bolsonaro, o desejo de poder, que assume a forma da manutenção dos valores conservadores, apoia-se na conciliação imaginária dos sentidos em diferentes materialidades significantes (Lagazzi, 2017): língua, corpo, voz e espaço físico.

Achando espaço no simbólico, o desejo do sujeito inserido em tais condições de produção e circulação se afirma de diferentes modos: no gesto logofílico das palavras de ordem e recordação do texto legal (“faça valer a constituição”), na performance catártica do

corpo (submetido à chuva, ao frio e a longas horas em pé), no exercício da fé, na marcação do espaço. Aliás, quanto ao gesto de sitiar prédios militares, uma consideração adicional se faz necessária.

Desfazendo a *evidência do espaço* (Rodríguez-Alcalá, 2019), entendemos que a ocupação dos arredores dos prédios militares tem relevância para as análises, sobretudo quando pensada como um ato simbólico em sua imbricação com outras materialidades significantes. Se a cidade se assume como *forma material* (Orlandi, 1999, 2004, 2012), o espaço reservado para o destacamento militar está marcado por sentidos de autoridade e símbolos de poder, contribuindo para, contraditoriamente, atribuir um efeito de proximidade entre os manifestantes e os militares.

Até agora, observamos que, no cruzamento das discursividades, os sentidos se abrem para equívocos na flutuação entre distanciamento (marcada pela hierarquia) e proximidade (seja no gesto da ocupação, seja na simulação de um diálogo sem porta-vozes). Vejamos agora como o par outorga responsabilidade e se inscreve discursivamente, dessa vez, em um cartaz ainda não mencionado.

Figura 5: Imagem presente em reportagem do G1



Fonte: <https://g1.globo.com/politica/playlist/do-discurso-violento-ao-terrorismo-imagens-mostram-acampamento-de-bolsonaristas-golpistas-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

(SD 9) O STF considerou NULA a condenação do LADRÃO. O POVO considera NULA a eleição do LADRÃO. SUPREMO É O POVO.

Enquanto nas outras sequências discursivas, o enunciador não comparece marcado no intradiscurso (seja pela indeterminação ou ocultamento sintático), na referida sequência, a coletividade presente no acampamento assume a forma enunciativa de um nós, o “povo”. Colocando-se em paráfrase, a voz que antes apenas interpela é evocada a partir do enunciado predicativo: *supremo é o povo*. Nesses termos, algumas contradições se afirmam. Quando se aponta para a democracia ensejada na evocação à supremacia do povo (a autoridade do povo), os eleitores evocam para si o poder que antes havia sido outorgado às entidades institucionais. Ao afirmar sua versão da democracia, os eleitores reiteram a hierarquia,

apelando para a autoridade das forças armadas. Em ambos os casos, a liberdade individual, amparada no sistema democrático, coloca-se como evidente.

Na evidência de estar manifestando sua liberdade democrática, sua força representativa do povo, os eleitores de Bolsonaro, então, invocam a figura de um “nós” para reiterar a legitimidade de sua manifestação, inscrevendo, em diferentes materialidades significantes, suas próprias versões de “justiça feita por suas próprias mãos”.

Considerações finais

Os materiais reunidos neste artigo evocam uma série de performances dos apoiadores de Bolsonaro e a não consecução de seus objetivos. O insucesso não se deve à permanência do STF, ou à passagem da faixa presidencial para Lula, ou ainda à inoperância dos militares, surdos aos clamores da vizinhança provisória. O fracasso sobre o qual falamos é aquele que acontece na linguagem, na falha do ritual que perscruta a falta dos sujeitos de linguagem. Se os gestos aqui observados se submetem a um “desregramento sistemático das condições de validade” (Pêcheux, [1979] 2012, p. 89), é justamente por se inscreverem na história. É isto, pois, o que torna possível a imprecisão das referências em jogo: a flutuação em torno de quem profere os dizeres dos cartazes, marcada na vagueza de um *nós*, ora ausente sintaticamente, ora apaziguado por uma convicção democrática e apelos humanistas; a oscilação entre a assimetria no jogo enunciativo da súplica e a simetria da exação, que recupera, por um efeito de sustentação, uma igualdade imaginária entre *sujeitos-de-direito* (Haroche, 1992), esses imbuídos do poder de exigir suas dívidas e as de outrem.

Tal qual na reflexão de Pêcheux ([1979] 2012) sobre o delírio verbal instado pela política do performativo, podemos identificar, em nosso gesto de análise, a luta política escondida na disputa de sentidos como parte de um funcionamento ideológico incapaz de caber no performativo. Uma disputa de sentidos nos sujeitos. E é nesse espaço do confronto, do acolhimento de um “vir a ser” inconclusivo, das relações simbólicas entre diferentes cadeias de sentidos, que o sujeito acha guardada.

Referências

ANISTIA INTERNACIONAL. **A violência não faz parte desse jogo!** Risco de violações de direitos humanos nas Olimpíadas Rio 2016. Rio de Janeiro: Anistia Internacional Brasil, 2016.

ANJOS, Liliane Souza dos. **O funcionamento discursivo da promessa de pacificação.** 2021. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação.** Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BRASIL PARTIDO: a rotina do acampamento em SP onde bolsonaristas pedem intervenção militar. [Localção de]: João Fellet. São Paulo: BBC News, 26 dez.

2022. **Podcast**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xnkUtOxXSVI&t=500s>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FIORIN, José Luiz. Operações discursivas do discurso da extrema-direita. **Discurso & Sociedad**, La Rioja, v. 13, n. 3, p. 370-382, 2019.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

LAGAZZI, Suzy. Da tautologia no social: entre a democracia e a cidadania. In: CAMPOS, Thiago Machini de; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria (orgs). **Mídias e movimentos sociais**. São Carlos: Pedro & João, 2018. p. 209-224

LAGAZZI, Suzy. Metaforizações metonímicas do social. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014. p. 105-112.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

LAGAZZI, Suzy. A noção de materialidade na prática analítica discursiva. In: BARBOSA FILHO, Fábio R., BALDINI, Lauro S. (org.). **Análise de Discurso e materialismos: prática política e materialidades**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018, v. 2, p. 157-176.

LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. N/O limiar da cidade. **Revista Rua**, Campinas, número especial: 7-19, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux**. Textos escolhidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012 [1979], p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

POTTAGE, Alain. Crime and Culture: The Relevance of the Psychoanalytical. Reviewed Work: Leçons VIII. Le crime du caporal Lortie. Traité sur le Père by P. Legendre. **The Modern Law Review**, Nottingham, v. 55, n. 3, p. 421-438, maio 1992.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Da Evidência do Espaço à evidência da percepção sensível: uma abordagem discursiva. In: ADORNO, Guilherme *et al.* (orgs.). **O Discurso nas fronteiras do social**: uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas: Pontes Editores, 2019, v. 1, p. 133-144.

Recebido em 5 de janeiro de 2024

Aceito em 29 de setembro de 2024